

VERTIGEM DA DEMOCRACIA: MÍDIA, CULTURA E PODER NA CRISE BRASILEIRA

Rita Aragão*

Resumo

O presente texto busca compreender alguns aspectos relacionados ao lugar ocupado pelos meios midiáticos de comunicação no cenário que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e à instauração do governo de Michel Temer. Procura-se analisar algumas estratégias discursivas as quais produziram representações das manifestações públicas e reforçaram a desqualificação da presidenta bem como o protagonismo de representantes do poder judiciário, com especial destaque para os líderes da Operação Lava-Jato.

Palavras-chave: Mídia; poder; crise brasileira; discurso

* Rita Aragão é graduada em Jornalismo, com Mestrado e Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Realizou estágio sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela/Espanha. Foi Tutora do Programa de Educação Tutorial dos Bacharelados Interdisciplinares IHAC/UFBA (2010-2016) e Coordenadora do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos/UFBA (2016-2017). É coordenadora do Coletivo Estudos sobre a Contemporaneidade IHAC/UFBA. Atualmente cumpre estágio de Pós-Doutorado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e na Universidade de Santiago de Compostela.
Universidade Federal da Bahia, Brasil.
E-mail: rivalta@uol.com.br

Historicamente a luta pelo poder é marcada pelo domínio de estratégias que operam no sentido de reforçar determinadas visões de mundo. As narrativas condicionam o modo de compreender o mundo, de explicá-lo.

No passado medieval a Igreja protagonizou o dizer nas sociedades ocidentais e, na contemporaneidade, muito já escreveu sobre o poder extraordinário dos meios midiáticos de comunicação neste processo, aí incluídos os meios tradicionais como os jornais impressos, o cinema, a TV, o rádio e, hoje, a internet.

Embora existam diferenças importantes na configuração deste campo nas distintas sociedades industriais urbanas, organizadas sob o capitalismo tardio, é notório que em todas elas as mídias encarnam um relevante papel no sentido de atuar como mediadoras da realidade.

Hoje, mais que permitir o trânsito dos demais campos que compõem o mundo, o campo midiático busca crescentemente impor-se como um dispositivo capaz, mesmo, de construir realidades, tal como já assinalava Eco (1984), tese reafirmada por Dijk (2005) e outros importantes analistas.

Portanto, através de distintas operações, de diferentes modos de dizer, de gramáticas particulares de cada um dos meios, o campo midiático atua sobre os sujeitos em diferentes níveis a fim de condicionar sua visão de mundo, a formação de consensos e, conseqüentemente, exerce um poder fundamental no curso da história, nos processos que envolvem a dimensão individual e social (Bourdieu, 2002).

Deste modo, o cenário político-cultural e sua relação com as mídias nas sociedades em geral e no Brasil em particular, indica o protagonismo do campo midiático nas mais distintas esferas da sociabilidade – do lazer à política, do gosto às posições diante dos mais diversos temas.

No Brasil, podemos acessar, hoje, um significativo volume de estudos que analisam a importância das mídias sobre o comportamento, o gosto, a política, a cultura. Torna-se fundamental, portanto, compreender este papel nas mais diferentes esferas da vida, sobretudo em suas relações de poder, e pois, na esfera política em suas articulações com a religião, com a cultura, as artes, particularmente quando está em jogo a ascensão política de lideranças de viés autoritário¹.

As manchetes de jornais, capas de revistas e matérias nos telejornais possibilitam perceber, a partir de um rápido olhar, o impacto social do campo das mídias em momentos dramáticos vividos na história recente do Brasil. Os exemplos são

1 Alguns textos importantes sobre o tema Comunicação e Política podem ser acessados através da revista *Comunicação e Política*, periódico publicado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA.

fartos: do episódio do suicídio de Vargas à deposição de João Goulart, passando pelo amplo apoio recebido pelos militares para que fosse implementado o regime de exceção iniciado em 1964 e sustentado até meados dos anos 80².

Já no ano de 1989, seria inconsistente uma análise da eleição direta do primeiro presidente civil após o regime militar sem destacar o papel que jogaram as mídias, particularmente a televisão.

Os acontecimentos políticos recentes no nosso país não deixam dúvidas sobre o destacado papel desempenhado pelos grandes jornais, emissoras de rádio, revistas, pela internet, pela mídia televisiva no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, bem como a chegada ao poder do vice-presidente Michel Temer e a vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial (Dijk, 2018).

O posicionamento dos meios hegemônicos de comunicação foi decisivo para a deposição da presidenta, a implementação de um projeto político e econômico cujos resultados já produzem um acelerado processo de precarização do trabalho e exclusão social.

De que modo a mídia protagonizou o processo de deposição da presidenta no processo que levou ao *impeachment* em 2016? Como Jair Bolsonaro consegue construir um dizer, ao mesmo tempo fundado no silenciamento e ascender à presidência da República? De quais operações estes atores lançaram mão para construir uma articulação com os diversos setores da sociedade? A resposta a estas questões não é simples. A abordagem deste processo aponta para vários caminhos: no plano de uma análise macroestrutural aponta para articulações entre instituições como a Polícia Federal, Ministério Público, Supremo Tribunal Federal, o parlamento brasileiro e as mídias; relações entre importantes grupos de mídia no Brasil e os segmentos hegemônicos da economia nacional e interesses do capital oligopolista³.

Inscritos em distintos campos do conhecimento, inúmeros estudos estão sendo realizados para que possamos compreender de que maneira é tecida essa trama. Nos limites deste texto, cujo eixo de análise são os processos discursivos, a teia de sentidos a partir das narrativas midiáticas, tentaremos anotar algumas observações gerais sobre a estratégia central deflagrada pelo campo midiático as quais culminam com o impedimento da presidenta Rousseff, retomando, portanto, alguns estudos recentemente realizados.

2 Sobre este tema, ver a publicação *Brasil 2016, recessão e golpe* (Guerra, 2017).

3 Ver o artigo de Antonio Eduardo Alves de Oliveira apresentado no 40º Encontro Anual da ANPOCS, no ST 10 Democracia na América Latina, *Tensões e Práticas*.

Com efeito, de um modo geral, podemos afirmar que a estratégia das mídias no processo que levou Michel Temer à presidência e o desfecho da eleição presidencial com a vitória de Jair Bolsonaro operou em torno de uma construção discursiva que radicalizou a criminalização dos movimentos sociais, alimentou imaginários de intolerância religiosa e de preconceitos de gênero; convocou a população para a realização de protestos em massa e converteu manifestações públicas em espetáculos televisivos. Além disso, elevou autoridades policiais e figuras do judiciário à condição de celebridades, de heróis anti-corrupção, cujo caso mais emblemático é do juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça do novo governo.

Tal construção discursiva reforçou atitudes autoritárias nas mais diversas esferas. A violência simbólica extrapolou as manchetes, fotografias e imagens de bonecos gigantes vestidos de presidiários representando Lula e Rousseff. Alimentou o ódio de setores da sociedade, culminando na violenta campanha política para a presidência da República, marcada por agressões físicas e mesmo em assassinatos devido a divergências políticas.

Ainda no campo simbólico, a revista *Veja* chegou a publicar em sua capa uma imagem da cabeça do líder petista Lula da Silva decepada.

Os desdobramentos de tal imaginário de violência e ódio estão sendo vividos no cotidiano brasileiro expressos na agressão oral contra sujeitos situados no campo de esquerda, passando pelo atentado à Caravana de Lula no Sul do país, chegando à radicalização da execução da vereadora Marielle Franco, do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), e seu motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro⁴.

É importante salientar que ao destacarmos o poder da mídia no cenário atual não estamos retornando aos idos dos anos 30 até os anos 70, quando foram produzidos importantes estudos sobre a cultura implicada na produção simbólica das mídias e a relação desta esfera simbólica com regimes autoritários e ações dos sujeitos comuns. Ao nos referirmos aos estudos das décadas de 30 a 70 destacamos, particularmente, análises sobre o fascismo, sobre a sociedade americana e europeia e o processo de recepção das mídias, além de estudos sobre o Brasil e a América Latina. Tais estudos, em grande medida, acreditavam em um poder ilimitado do campo midiático, capaz de determinar a consciência dos sujeitos.

4 Para uma melhor compreensão deste crime, é esclarecedor o artigo de Wilson Gomes (2018) na Revista *CULT*, disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/marielle-e-anderson-faces-politicas-de-um-assassinato>.

Já não é possível sustentar tal tese, contudo reafirmamos a centralidade das mídias na construção de modos de ver o mundo e de reforçar certas representações, sobretudo em cenários de crise social.

Tal potência, pode-se pensar, tende a se fortalecer em uma sociedade marcada pela profunda exclusão social da maioria da população e onde grande parte dos setores populares e das classes médias encontra, sobretudo na televisão, o meio privilegiado de informação.

Portanto, entendemos que a mídia brasileira não liderou sozinha o processo que levou Michel Temer ao poder e Jair Bolsonaro à presidência da República, mas, por certo, exerceu e exerce seu protagonismo neste processo de destituição de Dilma Rousseff sem que a presidenta houvesse praticado crime de responsabilidade e dá continuidade a este processo político legitimando a condenação pelo poder judiciário do ex-presidente Lula da Silva, em um processo claramente político e não jurídico, levando-o à prisão, e, por fim, legitima Bolsonaro ao ser alçado à Presidência.

O processo político cujo resultado é, entre outras coisas, o impedimento de Rousseff em 2016 e a assunção ao poder de Bolsonaro, eleito em 2018, foi fermentado sobre o solo de uma profunda crise econômica, um governo fragilizado, de Dilma Rousseff, e a liderança de Aécio Neves, candidato que não aceitou a derrota para Rousseff. Fortalecido, ainda, pela liderança de Eduardo Cunha, hoje oficialmente preso por corrupção, mas à época presidente da Câmara Federal, juntamente com um vice-presidente que estava disposto a assumir o poder e implementar as medidas que significariam a pauta dos setores dominantes.

Dito isto, ou seja, considerando o contexto político brasileiro, interessa-nos, em linhas bastante gerais, compreender algumas operações discursivas operadas durante o cenário político que culmina com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

A partir de uma abordagem discursiva no âmbito do campo midiático tentaremos apontar algumas estratégias operadas pelas mídias hegemônicas para desencadear e sustentar o processo de impedimento da presidenta do Brasil. Pretende-se, sucintamente, destacar algumas estratégias através das quais operou-se a desconstrução da legitimidade do governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores.

Posições midiáticas no processo de *impeachment* – algumas operações discursivas

Começamos com o fato de que se, inicialmente, a mídia dominante criticava os protestos vindos das ruas, os quais possivelmente teriam emergido a partir de insatisfações de toda ordem de variados setores da sociedade, em particular no ano de 2013, ao perceber o crescimento exponencial das manifestações e da insatisfação popular, inclusive em relação ao seu próprio monopólio no país, a grande mídia muda de posição e busca tornar-se uma aliada dos crescentes movimentos de protesto ao perceber, na posição de adversário político do então governo petista, a possibilidade de sua derrubada.

A mudança de posição em relação aos protestos evidencia-se na postura da sua cobertura. O novo enquadramento passa a destacar os protestos contra o governo de Rousseff e desqualificar os movimentos em sua defesa. Tal operação pode ser evidenciada em manchetes de primeira página dos maiores jornais, nas capas das revistas de maior circulação, assim como nas chamadas e cobertura dos telejornais de maior audiência.

Assim, na manchete “Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro”, edição do dia 13 de março de 2016, do jornal *O Globo*, a parte é tomada pelo todo. O protesto não é considerado como uma ação de partidos ou grupos específicos, mas sim “o Brasil”, invocado para dar legitimidade ao movimento de deposição da presidenta e destacando sua amplitude. Um efeito de sentido emergente: quando um governo envolvido em corrupção perde a legitimidade para governar e é contestado pelo “povo”, pelo “Brasil”, deve ser deposto. Portanto, sob o manto dos poderes da República: Legislativo e Judiciário, sob a cortina da legalidade, o governo deverá ser destituído para que o país volte à “normalidade” e saia da crise.



Figura 1 - “Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro”, 13 de março de 2016, *O Globo*

Aqueles que protagonizam o movimento de derrubada da presidenta, em particular as lideranças derrotadas na eleição presidencial, fazem emergir as vozes em favor da ideia da luta contra a corrupção, a ideia de que o “Brasil” é favorável ao impedimento de Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT) verte-se no principal alvo a ser atingido.

Com efeito, as equipes de telejornais não se limitaram a cobrir os protestos, mas foram escaladas, desde as primeiras horas da manhã, para mostrar os preparativos das manifestações nas grandes capitais do país. Os protestos convertem-se em grandes espetáculos (Débord, 1998).

Elementos como a camisa da seleção brasileira de futebol vestida por grande parte dos manifestantes; performances de grupos através de músicas, danças; entrevistas emocionadas e contundentes contra o governo; bandeiras do Brasil e longas faixas de protesto; bonecos gigantes representando a morte ou a prisão de Lula, Rousseff e outras lideranças do PT; patos amarelos representando a indignação da Federação das Indústrias de São Paulo, de empresários brasileiros; máscaras encarnando os novos heróis da República, representados por membros

do judiciário, da Polícia Federal e Ministério Público; “celebridades” da TV e da música. Tudo cuidadosamente organizado para a realização dos protestos sob a batuta da lógica espetacular da Televisão. O pressuposto inevitável: o público seria conduzido sob tal narrativa a uma posição favorável à derrubada do governo e à legitimação do governo Temer.

Observe-se que, em contraposição, as manifestações organizadas pelas forças contrárias ao golpe foram enquadradas como movimentos localizados, desqualificados e, obviamente, não mereceram o tratamento espetacularizado que receberam as manifestações anti-PT⁵. Tal enquadramento pode ser observado em manchetes da *Folha de São Paulo*, do *Estado de São Paulo* e do jornal *O Globo*, tal como explicitam distintos estudos aqui anotados (Gomes & Sant’Ana, 2018).

Ao mesmo tempo, o Instituto Datafolha, ligado ao grupo Folha, do estado de São Paulo, traçou o perfil dos manifestantes presentes aos atos na Avenida Paulista em março de 2016: 77% dos manifestantes tinham ensino superior e eram brancos, 37% ganhavam mais de 10 salários mínimos e 78% declararam ter votado em Aécio Neves. Dados que mostram o perfil dos manifestantes, característicos de determinados segmentos de classe⁶.

A partir da conflagração destes sentimentos, construiu-se uma narrativa política tendo como eixo condutor a Operação Lava Jato, conduzida pelo então juiz de Primeira Instância, Sergio Moro.

Uma segunda operação midiática está relacionada ao componente misógino encarnado nos diversos textos fartamente divulgados, especialmente em revistas de grande circulação como as revistas *Veja*, *Época* e *Isto É*.

Como bem sabemos, os sentidos não existem por si só, aprisionados em páginas de jornais e revistas, em telas de TV ou nas redes sociais, mas circulam e são construídos em sua relação com o contexto histórico, sociocultural, em sua relação com a memória. Assim, em uma sociedade com forte tradição misógina, a figura de Rousseff foi largamente desqualificada através de menções à sua

5 Interessante análise de Leila Barbosa e Maria Carmen Gomes no artigo “A Representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais”. Pode ser consultado em <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/12026/7438>

6 Sobre o perfil dos manifestantes presentes nos protestos ver a matéria “Protesto cresce mas manifestantes mantêm perfil de alta renda”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.html>.

sexualidade, à suposta incapacidade de diálogo, ao desequilíbrio emocional, ao seu “temperamento agressivo”.

Deste modo, na edição de nº 2417, de 6 de abril de 2016, da revista *Isto É*, a fotografia da capa apresenta Rousseff como se estivesse afetada por um surto psicótico, como se a presidenta estivesse fora de si. Destacada sobre um fundo escuro e sob impacto da manchete de capa “As explosões nervosas da Presidente”, o objetivo do enunciador é desqualificar a figura da presidenta, sublinhar a histeria da mulher que não teria condições de exercer o poder. Portanto, o efeito de sentido fundamental aponta para a incapacidade da mulher de estar à frente da presidência da República, daí a conveniência, a legitimidade para sua destituição (Amaral & Arias Neto, 2017).



Figura 2 – “As explosões nervosas da Presidente”, 6 de abril de 2016, revista *Isto É*

Importante sublinhar que a suposta imagem de descontrole da presidenta por conta do andamento do processo de *impeachment* foi uma fotografia produzida em um outro contexto: durante uma partida de futebol da seleção brasileira realizada durante a Copa do Mundo, em 2014. A expressão de Rousseff é de uma torcedora durante um jogo. Aqui, observamos o poder da mídia o qual não se limita a supostamente buscar operar a mediação do mundo, dar visibilidade à realidade, mas, neste processo, manifesta-se com clareza a capacidade de produzir a realidade, deslocando imagens e organizando uma narrativa de verossimilhança (Dijk, 2005).

Em contraposição, desqualificada a presidenta como mulher e considerada líder incapaz, na capa da revista *Veja*, publicada em 18 de abril de 2016 com o título “Bela, Recatada e do Lar”, emerge Marcela Temer, esposa do então vice-presidente

Michel Temer. É apresentada como uma mulher elegante, bonita, discreta e competente o suficiente para gerenciar o lar e ser uma excelente primeira dama⁷.

A representação da importância da mulher na qualidade de esposa, mãe e do lar, desqualificando a figura da mulher investida de poder político, reforça o imaginário pré-construído de naturalização da mulher como ser subalternizado e forjado à sombra do patriarcado. Importante dizer que a matéria da Revista *Veja* produziu expressivas reações, destacadamente nas redes sociais, fazendo emergir críticas contundentes ao conservadorismo da matéria. Tais reações foram, também elas, apreciadas em diversos estudos⁸.

Uma terceira estratégia urdida na tessitura dessa narrativa foi a mitificação do então juiz de primeira instância de Curitiba, responsável pela Operação “Lava Jato”, Sergio Moro.

Já foi dito que milhares de páginas sobre Sergio Moro foram escritas nas redes sociais; já a mídia hegemônica, sob o protagonismo da Rede Globo de Televisão, construiu uma imagem mítica do juiz. Tal imaginário pode ser observado na edição nº2458, de 30 de dezembro de 2015, da revista *Veja*, cujo título é “Ele salvou o ano!”. O cenário de crise política e a destituição do governo Rousseff sob o argumento do aumento da corrupção o projetaram como herói anti-corrupção e líder da chamada Operação Lava Jato⁹.

7 Ver a interessante análise realizada por Bárbara Albuquerque e Maria Santos de Souza Melo, no artigo “Bela, Recatada e do Lar: uma análise semiolinguística da matéria da revista *Veja*” (2017). Ver também o artigo “Bela, Recatada e do Lar: uma análise do discurso da matéria que pautou o debate de gênero nas redes sociais” (2017).

8 Sobre algumas reações nas redes sociais em relação à matéria publicada na revista, é interessante a análise de Ceres Carneiro e Elaine P. Daróz no artigo “Bela, recatada e do Lar: o imaginário da mulher na contemporaneidade”. Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/viewFile/3094/pdf>.

9 Eduardo Costa Pinto propõe uma análise sobre a crise institucional no texto: Lava Jato, Crise Institucional e perigo para a democracia. Não há nada tão ruim que não possa piorar. Disponível em: www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/050420180457_3.pdf.

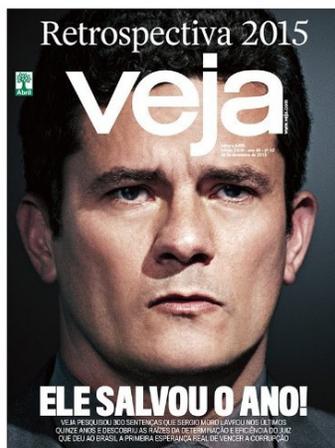


Figura 3 - “Ele salvou o ano!”, 30 de dezembro de 2015, *Veja*

Uma quarta estratégia acionada pela mídia: a revelação bombástica de escândalos políticos, em particular do chamado “petrolão”, que envolveu a Petrobrás em negociatas junto a empresas como a Odebrecht. Tal acionamento pode ser observado, por exemplo, na revista *Veja* nº 2397, de 23 de março de 2014, cujo título acusa: “Eles sabiam de tudo”. Ali ampliou-se a mobilização de elementos do espetáculo os quais encontraram terreno fértil através da cobertura das conduções coercitivas realizadas pela Polícia Federal, de contundentes matérias as quais fermentaram o clássico imaginário da luta do bem contra o mal, a encenação da caça pelo herói àqueles nomeados de corruptos¹⁰.

10 Uma análise sobre a cobertura da Operação Lava Jato é realizada por Fábio Lima no artigo “O discurso jornalístico impresso e o ‘espetáculo’ da democracia”. Disponível em <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/viewFile/1564/1273>.



Figura 4 - “Eles sabiam de tudo”, 23 de março de 2014, *Veja*

Outro dispositivo do qual lançou-se mão, o quinto aqui revisitado, foi o lugar discursivo construído para Rousseff e Lula. A maioria das manchetes apresenta os dois líderes petistas como participantes de acontecimentos ou atitudes ligadas ao seu enquadramento legal ou penal; são exibidos como atores envolvidos com algum crime, sobretudo na operação Lava Jato, ou associados a criminosos. Um exemplo a ser destacado foi a capa da revista *Veja*, cuja circulação foi antecipada a fim de influenciar no resultado da última eleição presidencial, quando Rousseff foi reeleita. Um dia antes da realização das eleições, a circulação da edição da revista *Veja* com a manchete de capa “Eles Sabiam” foi antecipada com o objetivo claro de intervir no pleito.



Figura 5 - “Perto do fim”, de 18 de abril de 2016, *O Globo*

Outra estratégia relaciona-se à antecipação, através de determinado enquadramento da grande mídia, do resultado do *impeachment*, como mostra o estudo desenvolvido por Antonio Fausto Neto (2016). Tal enquadramento está expresso na edição de *O Globo* sob o título “Perto do fim”, de 18 de abril de 2016. Embora o processo de impedimento ainda estivesse em curso, o título norteia o sentido da matéria, busca a paráfrase do acontecimento.

A narrativa é marcada, neste caso, pela dramatização do futuro que se pretende antecipar, desviando o jornalismo da análise de fatos, acontecimentos, e reforçando o lugar de elemento que procura interferir nos processos políticos, jurídicos, sociais e culturais.

A antecipação do acontecimento realizada pela mídia tem como uma de suas expectativas o efeito do sentido já dado, do futuro acontecimento como posto no presente, não havendo, pois, outra possibilidade de devir.

Comentários (in)conclusivos

Uma das consequências de todo esse processo em curso no Brasil foi a desqualificação da política, levando à implosão do sistema político, culminando com a sua deslegitimação, que atingiu não somente o alvo político privilegiado pelo enquadramento midiático, mas também os atores políticos que deveriam ser silenciados. Com a implosão do sistema político, o campo jurídico e o campo midiático naquele momento, sob vários aspectos, tenderam a ocupar o vazio do poder, certamente que enredados aos interesses econômicos.

Diante deste cenário, o Brasil experimenta uma crise sem precedentes posto que não somente o sistema político foi implodido mas o país passou a conviver com uma crise institucional, pois também o poder judiciário enredou-se em uma barafunda. Nas palavras de Boaventura Sousa Santos, o Brasil vive uma democracia de baixa intensidade. A reflexão sobre as características da democracia no mundo e o retorno de formas políticas autoritárias levam pensadores como Sousa Santos a voltar seu olhar de modo cuidadoso para a experiência brasileira¹¹.

Como observação final, mas não menos importante, constatamos neste diálogo com distintos estudos, o reforço por parte da mídia a atitudes autoritárias, nomeadas, não raro, de manifestações neofascistas acionadas no cotidiano do sujeito comum (Wainberg & Muller, 2017).

Portanto, além da violência exposta diariamente, sobretudo em programas popularescos os quais expõem sujeitos subalternizados – negros, drogados, pessoas em situação de rua – radicalizou-se a desqualificação de determinadas lideranças políticas, as quais foram exibidas nos meios de comunicação na figura de bonecos vestidos como presidiários, enforcados, decapitados, expostos nas manifestações das ruas do país. A capa da revista *Veja*, de circulação nacional, exibindo a cabeça de Lula decepada, é um exemplo do nível da radicalização política alcançada.

Se, como afirmamos no início deste texto, ao longo da história a luta pelo poder é marcada pelo domínio de estratégias que operam no sentido de reforçar determinadas visões de mundo e as narrativas condicionam o modo de compreender

11 Sobre isso, é interessante a crítica de Sousa Santos no livro *A difícil democracia: reinventar as esquerdas* (2016). É também importante a leitura de Agamben, que propõe uma instigante discussão sobre o conceito Estado de Exceção em sua obra *Estado de exceção e genealogia do poder* (2004). Rafael Valim, por sua vez, retoma a questão e a inscreve no contexto do Brasil atual em seu livro *Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo* (2017).

o mundo e de explicá-lo, a compreensão da maneira como o campo midiático ressignifica o mundo político é fundamental para que os sujeitos não apenas construam suas posições, mas também atuem para transformar a realidade.

Diante da crise política vivenciada no Brasil atual, também o mundo se volta para compreender seus desdobramentos, não apenas por estar em evidência um país que se colocava como um dos protagonistas da geopolítica mundial do século XXI, mas também por tal crise fazer emergir um processo que poderá significar uma profunda derrota das alternativas possíveis à dominação do capitalismo financeiro, em aliança com setores internos do maior país da América Latina.

Ao mesmo tempo, torna-se fundamental ir além da compreensão deste processo, o que significa atuar no sentido de construir novos caminhos, novas narrativas as quais devem contribuir para o fortalecimento da democracia e a redefinição do papel dos atores sociais. Por certo, a comunicação tem reservado um papel fundamental neste processo.

Referências

- AGAMBEN, G. (2004). *Estado de exceção e genealogia do poder*. São Paulo: Ed. Boitempo.
- ALBUQUERQUE, B. & MELO, M. S. de S (2017). “Bela, Recatada e do Lar: uma análise semiolinguística da matéria da revista *Veja*”. *Entrepalavras*, 7, 343-365.
- AMARAL, M. E. P. & ARIAS NETO, J. M. (2017). Perversão e Política no *impeachment* de Dilma Rousseff. *Chasqui, Revista Latino-americana de Comunicación*, 135, 55-70.
- BARBOSA, L. & GOMES, M. C. (2010). A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. *Letras*, 20(40), 67-92. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2176148512026>
- BOURDIEU, P. (2002). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARNEIRO, C. & DARÓZ, E. P. (2017). “Bela, recatada e do L\Bar: o imaginário da mulher na contemporaneidade”. *Macapá*, 7(1). Retirado de <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/viewFile/3094/pdf>.
- DÉBORD, G. (1998). *A Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.
- ДИК, Т. V. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia*. Porto: Ed. Campo das Letras.
- ДИК, Т. V. (2016, 19 de dezembro). Como a rede Globo manipulou o *impeachment* da presidente do Brasil Dilma Rousseff. *Carta Maior*. Retirado de <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Como-a-Rede-Globo-manipulou-o-impeachment-da-presidente-do-Brasil-Dilma-Rousseff/12/37490>

- ECO, U. (1984). *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GOMES, W. (2018, 16 de março). Marielle e Anderson: as várias faces políticas de um assassinato. *Cult*. Retirado de <https://revistacult.uol.com.br/home/marielle-e-anderson-faces-politicas-de-um-assassinato/>
- GOMES, M. C. A. & SANT'ANA, M. F. (2012). A Construção discursiva de Dilma Rousseff: análise da primeira página de três jornais mineiros à luz dos estudos sistêmicos funcionais. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 28, 515-535. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502012000300005
- GUERRA, A. et al. (2017). *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- LIMA, F. (2017). “O discurso jornalístico impresso e o ‘espetáculo’ da democracia”. *Revista Estudos Linguísticos*, 46(3), 1000-1015. Retirado de <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/viewFile/1564/1273>.
- MALTA, R. B. e S. & SUYENE, B. C. (2017). “Recatada e do Lar: uma análise do discurso da matéria que pautou o debate de gênero nas redes sociais”. *Contemporânea. Revista de Comunicação e Cultura*, 15(2), 146-166.
- NETO, A. F. (2016). Dos circuitos à sentença: o *impeachment* de Dilma Rousseff no ambiente da circulação midiaticizada. *Revista Mediações de La Comunicación*, 11, 97-111. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6698269.pdf>
- OLIVEIRA, A. E. A. de. Democracia na América Latina: Tensões e Práticas. *40º Encontro Anual da Anpocs*. Retirado de <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st10-7/10229-aonde-vai-a-america-do-sul-analise-comparada-das-experiencias-de-governos-de-esquerda-e-do-seu-questionamento-pela-direita-no-inicio-do-seculo-xxi/file>
- PINTO, E. C. (2018, 2 de abril). Lava Jato, Crise Institucional e perigo para a democracia. Não há nada tão ruim que não possa piorar. *Carta Maior*. Retirado de : www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/050420180457_3.pdf.
- SOUSA Santos, B. (2016). *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Ed. Boitempo.
- VALIM, R. (2017). *Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Ed. Contraponto.
- WAINBERG, J. A. & Muller, A. A. C (2017). Eleições 2.0: Ódio nas redes durante a campanha presidencial de 2014. *Conexão Comunicação e Cultura*, 16(31), 43-71.